



AO

ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO.

R. Profa. Maria Emilia Esteves, 617 - Centro, São José do Vale do Rio Preto - RJ, 25780-000

Assunto: Contrarrazões ao Recurso Administrativo interposto pela empresa PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

Ref.: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA EM TERRENOS DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO OU DE INTERESSE PÚBLICO, Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024, Processo Administrativo nº 11835/2023

WM TOPOGRAFIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 51.067.010/0001-85, com sede na Rua Bernarda Maria da Conceição, LT-20 QD-26 CASA 3-A, Fazenda Caxias Seropédica-RJ, CEP: 23895-320, representanda neste ato por seu representante legal o S.r. **WASHINGTON LUIZ DE OLIVEIRA MOURA**, Portador da CNH, sob o nº. 06280136477, e CPF nº 158.661.277-84, com fulcro no art.165 da Lei n.º 14.133 e no art. 4º, inciso XVIII, da Lei n.º 10.520/02, vem, mui respeitosamente perante Vossa Senhoria, apresentar:

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto em processo licitatório pela empresa **PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.082.081/0001- 75, nos termos do artigo 109, §3º da Lei 14.133/2021, e do Edital **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024**, fazendo-o pelas razões legais abaixo exponenciais, em observância aos ditames legais aplicáveis à espécie conforme abaixo demonstrado:



Endereço: Rua Bernarda Maria da Conceição, LT-20 QD-26 CASA 3-A, Fazenda Caxias Seropédica-RJ, CEP: 23895-320

Contato: (21) 98955-3202

E- mail: wmservicostopograficos@gmail.com

CNPJ: 51.067.010/0001-85

I SÍNTESE DA IRRESIGNAÇÃO DA RECORRENTE

A empresa Recorrente busca, administrativamente, modificar a classificação da empresa Recorrida, alegando o seguinte:

A empresa **PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA** constatou que a proposta da RECORRIDA é manifestamente inexecutável, tendo em vista o seguinte:

Segundo os argumentos do recurso da empresa **PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, a empresa vencedora apresentou uma proposta no valor de R\$ 69.500,00 (sessenta e nove mil e quinhentos reais), representando um desconto de 52,91% em relação ao valor estimado, **“que é verdade”**. A empresa recorrida alegou também que Sendo que o percentual máximo permitido de desconto é 25%.

Alem disso, a recorrente chamou atencao em obeservancia no que preve o Art. 59, Parágrafo 4 da Lei 14.133/2021, que diz o seguinte

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

E conclui a sua irresignação pleiteando a desclassificação da Recorrida no item que logrou êxito com preços mais vantajosos ao erário.

Entretanto, *"data máxima vênia"* dos nobres patronos *"ex-adversos"*, tudo quanto postulam não faz o Recorrente o mais remoto jus, estando o presente feito fadado ao mais cediço e rotundo insucesso, ainda mais quando o recurso não traz em seu bojo adequado enfrentamento das razões que ensejam o seu pedido.



É o que procurará demonstrar a Recorrida, no decorrer destas contrarrazões.

II. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

a. DA LEGITIMIDADE PARA CONTRARRAZOAR

Preliminarmente, registra-se que a Recorrida, como empresa especializada no ramo pertinente ao objeto licitado, (**SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA**), detém total e irrestrita capacidade estrutural, material e financeira de fornecer os serviços e materiais licitados.

Portanto, a contrarrazoante é uma empresa séria, que, buscando uma participação impecável no certame, preparou sua documentação e propostas em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame, conforme exigido, tendo sido, portanto, considerada habilitada.

Ademais, a própria legislação indica o direito de resposta na interposição de recursos, como forma de defesa e de esclarecimento aos pontos indicados pela parte contrária.

O pleito do Recorrente deve ser desprovido por ausência de supedâneo legal e à luz do princípio da dialeticidade, visto que as razões recursais devem efetivamente demonstrar o equívoco da decisão agravada hábil a ensejar a sua reforma, o que não ocorre no presente caso.

Relembro a Apelante que a Lei de Licitações é a regra no procedimento licitatório, pois trouxe à Administração brasileira grandes avanços, sobretudo quanto ao aspecto da moralização dos processos de aquisição de bens e serviços, regido pela Lei 8.666/93, que prevê em seu artigo 3º, que a **“licitação destina-se a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para administração”**, e esta exigência é o norte do certame.





Esse entedimento não é diferente na NOVA LEI 14.133/2021, conforme previsto no artigo nº 11, inciso I.

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da **proposta** apta a gerar o resultado de contratação **mais vantajoso para a Administração Pública**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

Antes de andentrarmos no merito da questao, no qual demonstraremos que o recurso da empresa **PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA** não sustenta base legal para a desclassificacao da proposta da recorrida, mais antes vale trazer alguns conceitos baseados na Lei de Licitações e Contratos para analise de uma proposta manifestamente inexequível, para as **OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**, conforme passaremos a descrever:

Da Exequibilidade de propostas em licitações de obras e serviços de engenharia segundo a Lei nº 14.133/2021.

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;



Endereço: Rua Bernarda Maria da Conceição, LT-20 QD-26 CASA 3-A, Fazenda Caxias Seropédica-RJ, CEP: 23895-320
Contato: (21) 98955-3202
E- mail: wmservicostopograficos@gmail.com
CNPJ: 51.067.010/0001-85



IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

O inciso III do referido artigo menciona a desclassificação de propostas com preços inexequíveis ou que superem o orçamento estimado para a contratação. Na sequência, o inciso IV permite ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de



Endereço: Rua Bernarda Maria da Conceição, LT-20 QD-26 CASA 3-A, Fazenda Caxias Seropédica-RJ, CEP: 23895-320
Contato: (21) 98955-3202
E- mail: wmservicostopograficos@gmail.com
CNPJ: 51.067.010/0001-85



sua proposta antes de sua desclassificação, caso ela pareça inexecutável à primeira vista. Contudo, surge uma discussão jurídica relevante quanto à natureza relativa ou absoluta da inexecutabilidade de propostas em obras e serviços de engenharia.

Verificando o § 4º do mesmo artigo, este dispositivo introduz um critério quantitativo para aferição da inexecutabilidade especificando que, para tais casos, são consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 75% do valor orçado pela Administração.

É cediço que, durante a vigência da Lei nº 8.666/1998 o Tribunal de Contas pacificou entendimento no sentido de que *os critérios elencados pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para definir a proposta inexecutável conduzem a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços*, isto é, havia somente um indício de inexecutabilidade quando o preço ofertado pelo licitante não atingia os critérios ditados no art. 48 da lei revogada. Aquela Corte de Contas sumulou este entendimento da seguinte forma: *O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a executabilidade da sua proposta.*

Essa a racionalidade foi traduzida na Súmula 262 do TCU sob a égide da Lei 8.666, no sentido de que o critério legal *conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a executabilidade da sua proposta.*

No entanto, no Acórdão 2198/2023 do Tribunal de Contas da União (TCU), na vigência da Lei nº 14.133/2021, relatado pelo Ministro Antônio Anastasia, trouxe a interpretação de que a inexecutabilidade do art. 59, ao tratar de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia, é absoluta. Este acórdão representa um entendimento relevante ao considerar que propostas abaixo do limiar de 75% do valor orçado, em contextos de obras e serviços de engenharia, devem ser diretamente desclassificadas, sem



Endereço: Rua Bernarda Maria da Conceição, LT-20 QD-26 CASA 3-A, Fazenda Caxias Seropédica-RJ, CEP: 23895-320
Contato: (21) 98955-3202
E- mail: wmservicostopograficos@gmail.com
CNPJ: 51.067.010/0001-85



necessidade de procedimentos adicionais para averiguar a exequibilidade. Tal posicionamento, ainda que represente uma decisão pontual, sinaliza potencial tendência interpretativa quanto à aplicação estrita do § 4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

Contrapondo-se a essa tendência, com fundamento na Lei Complementar nº 95, de 1998, que estabelece normas para a elaboração e redação das leis federais, em seu artigo 11, ressalta a necessidade de clareza e lógica na estruturação das disposições legais. Com esse fundamento sugere-se prosseguir ao que decidiu a r. Corte de Contas, e, conforme esta lei complementar, verificar que os parágrafos se destinam a expressar complementos ou exceções às regras gerais estabelecidas no caput dos artigos a que vinculam.

Assim, o § 4º do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, complementa o enunciado no inciso III do *caput*, conforme a legística, para estabelecer um percentual para a inexecução das propostas no caso de obras e serviços de engenharia. O legislador pretendeu, e o fez, dar um parâmetro de inexecução para as obras e serviços de engenharia, **diferente dos demais objetos.**

Prosseguindo nessa via, a segunda parte do art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 1998, prevê outra função para os parágrafos:

expressar as exceções à regra estabelecida no caput. Portanto, caso fosse a intenção do legislador excepcionalizar a previsão da demonstração da inexecução prevista no inciso IV do *caput*, o teria feito como o fez em outros topos da mesma Lei.

Uma vez identificada a proposta inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, o dispositivo o § 4º do *caput*, onde consta o inciso IV que permite que o proponente demonstre a exequibilidade de sua proposta.

O Professor e Procurador Federal Rafael Sérgio de Oliveira, assinala que a *diversidade do mercado não permite que a Administração possa, mesmo no caso de obras e*



Endereço: Rua Bernarda Maria da Conceição, LT-20 QD-26 CASA 3-A, Fazenda Caxias Seropédica-RJ, CEP: 23895-320
Contato: (21) 98955-3202
E- mail: wmservicostopograficos@gmail.com
CNPJ: 51.067.010/0001-85



serviços de engenharia, formar convicção quanto à manifesta inexecutabilidade da proposta por meio de um percentual definido na legislação.

Esta interpretação é reforçada pelo exame de outras disposições da mesma lei, onde o legislador claramente estabelece exceções quando pretende modificar ou restringir a aplicação de uma regra geral, como se pode observar:

– O caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece uma regra geral para participação em consórcio; o §1º complementa o *caput* prevendo uma margem percentual para a habilitação econômico-financeira dos consórcios; e, seguindo a Lei Complementar nº 95, de 1998, o § 2º excetua a aplicação desse percentual aos consórcios compostos totalmente de micro e pequenas empresas.

– O caput do art. 26 trata de forma geral da possibilidade de a editalícia estabelecer casos em que é possível estabelecer margens de preferência para o objeto, porém, assenta ressalvas ao ladoado utilizando-se do § 5º.

– O art. 75 dispensa licitações e no inciso XVIII o faz para a contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, nos casos de implantação do Programa Cozinha Solidária. No § 1º desse artigo constam as previsões para aferir os respectivos somatórios econômicos dos licitantes e no § 7º determina a ressalva a esta previsão para as contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças.

– Outro exemplo consta da exceção à regra do § 5º exposta no § 6º do art. 90. Aquele parágrafo dispõe sobre a caracterização de descumprimento total da obrigação assumida e a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração. Regra excetuada para os licitantes remanescentes convocados após a caracterização do descumprimento total da obrigação assumida pelo vencedor.



Endereço: Rua Bernarda Maria da Conceição, LT-20 QD-26 CASA 3-A, Fazenda Caxias Seropédica-RJ, CEP: 23895-320
Contato: (21) 98955-3202
E- mail: wmservicostopograficos@gmail.com
CNPJ: 51.067.010/0001-85



Prosseguindo nessa análise, a ausência de uma exceção explícita no § 4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, relativamente à regra de demonstração de exequibilidade (inciso IV), sugere que a intenção do legislador não era a de estabelecer uma inexecuibilidade absoluta para propostas abaixo do referido limiar de 75%, mas a de que, sem a possibilidade de comprovação da sua exequibilidade pelo licitante, tais propostas não devem ser automaticamente consideradas inexecuíveis.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, consignou que o § 2º do referido artigo que possibilita a demonstração da exequibilidade das propostas pelo licitante, ***não exclui as obras e serviços de engenharia e, portanto, se aplica também a eles. E nem mesmo haveria razão para que não se aplicasse, pois, independentemente da natureza do serviço licitado, a licitação sempre visa a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração***, o que justifica que a presunção de inexecuibilidade de propostas inferiores a 75% do valor orçado seja passível de ser afastada”.

Ademais, a interpretação de que a inexecuibilidade de propostas em obras e serviços de engenharia é absoluta quando o valor ofertado é inferior a 75% do orçado, contraria o espírito da norma que visa garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo à execução do objeto contratado. Deve-se considerar a possibilidade de que, em determinadas situações, o licitante possa justificar a viabilidade de sua proposta, mesmo que esta apresente um desconto significativo em relação ao valor orçado.

Portanto, defende-se uma interpretação jurídica que concilie a segurança e a eficiência nos processos licitatórios com a flexibilidade necessária para aferição da exequibilidade das propostas, especialmente em obras e serviços de engenharia, onde a variabilidade de custos e a expertise técnica dos licitantes podem justificar propostas com valores inferiores ao limite estabelecido pelo § 4º do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021.





Em conclusão, a análise harmonizada da Lei nº 14.133, de 2021 e da Lei Complementar nº 95, de 1998, indica que, perante propostas que apresentem valores abaixo do estimado em licitações de obras e serviços de engenharia, é fundamental conceder aos proponentes a chance de manifestação para comprovar a exequibilidade de suas propostas. Tal abordagem é essencial para garantir a competitividade e assegurar a escolha da oferta que melhor atenda aos interesses da Administração Pública, e conferir eficácia aos princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, norteadores dos processos licitatórios e contratações administrativas.

Reconhece-se a preocupação quanto à possibilidade de propostas com descontos superiores a 25% implicarem a não entrega do objeto conforme acordado. No entanto, a responsabilidade pela definição da inexequibilidade de tais propostas deve ser considerada de maneira absoluta ou relativa cabe exclusivamente ao legislador.

Assim, conforme o exposto, seguindo o contido na Lei Complementar nº 95, de 1998, para a interpretação do conteúdo do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, verificando-se a inexistência de parágrafo determinando que aos casos previstos no §4º (inexequibilidade das propostas com valores inferiores a setenta e cinco por cento do valor orçado pela Administração), não se aplica o disposto no inciso 4º (serão desclassificadas as propostas que não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração), a presunção de inexequibilidade deve ser relativa, permitindo-se ao proponente o direito de manifestar-se para demonstrar a sua proposta.

Ao se debruçar sobre a normativa e sua aplicação prática, deve-se considerar a lógica e a estruturação legislativa na busca pela interpretação que melhor atenda aos princípios constitucionais que regem a administração pública e os processos licitatórios. O desafio está em harmonizar os dispositivos da Lei nº 14.133/2021 com as diretrizes para a redação de leis (Lei Complementar nº 95, de 1998), de modo a extrair uma compreensão que permita, de forma justa e razoável, a avaliação da exequibilidade das propostas sem



Endereço: Rua Bernarda Maria da Conceição, LT-20 QD-26 CASA 3-A, Fazenda Caxias Seropédica-RJ, CEP: 23895-320
Contato: (21) 98955-3202
E- mail: wmservicostopograficos@gmail.com
CNPJ: 51.067.010/0001-85



comprometer a integridade e a efetividade dos procedimentos licitatórios.

Esse contexto apoiada em um entendimento que considera tanto a literalidade da lei quanto as necessidades práticas da administração contratante, sugere uma visão que não somente respeita a norma, mas também viabiliza a participação equitativa e competitiva dos licitantes, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

III. DA MANUTENÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA E DA PRESERVAÇÃO DO ERÁRIO CONVOCATÓRIO – DO CUMPRIMENTO DE TODAS AS OBRIGAÇÕES POR PARTE DA RECORRIDA.

Com base nos requisitos do edital, a empresa recorrida apresentou sua proposta para prosseguir no pleito, no entanto a empresa recorrente inconformada, apresentou recurso contra a decisão da comissão de licitação que agiu em seu julgamento dentro das normas do edital e do dispositivo legal lei de Licitação e Contratos.

Vale esclarecer que o artigo 59 da Lei 14.133/2021, deixa claro que para OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, não poderá ser inferior a 75%, mas também prevê no mesmo Art, no inciso IV, o direito da licitante de comprovar sua exequibilidade, quando exigido pela Administração;

Não obstante os fatos, é importante ressaltar que os serviços de topografia não fazem parte das atividades contempladas no CNAE de serviços de engenharia, ou seja, são serviços que apoiam a Engenharia através de seus levantamentos, mas que não se enquadram como serviços de Engenharia.

E dessa forma, mesmo que na NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (14.133-2021), em se tratando de OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA não houvesse a previsão de comprovação da exequibilidade da proposta, ainda assim o julgamento da comissão de licitação seria correta, pois como já citado anteriormente, os **SERVIÇOS DE**

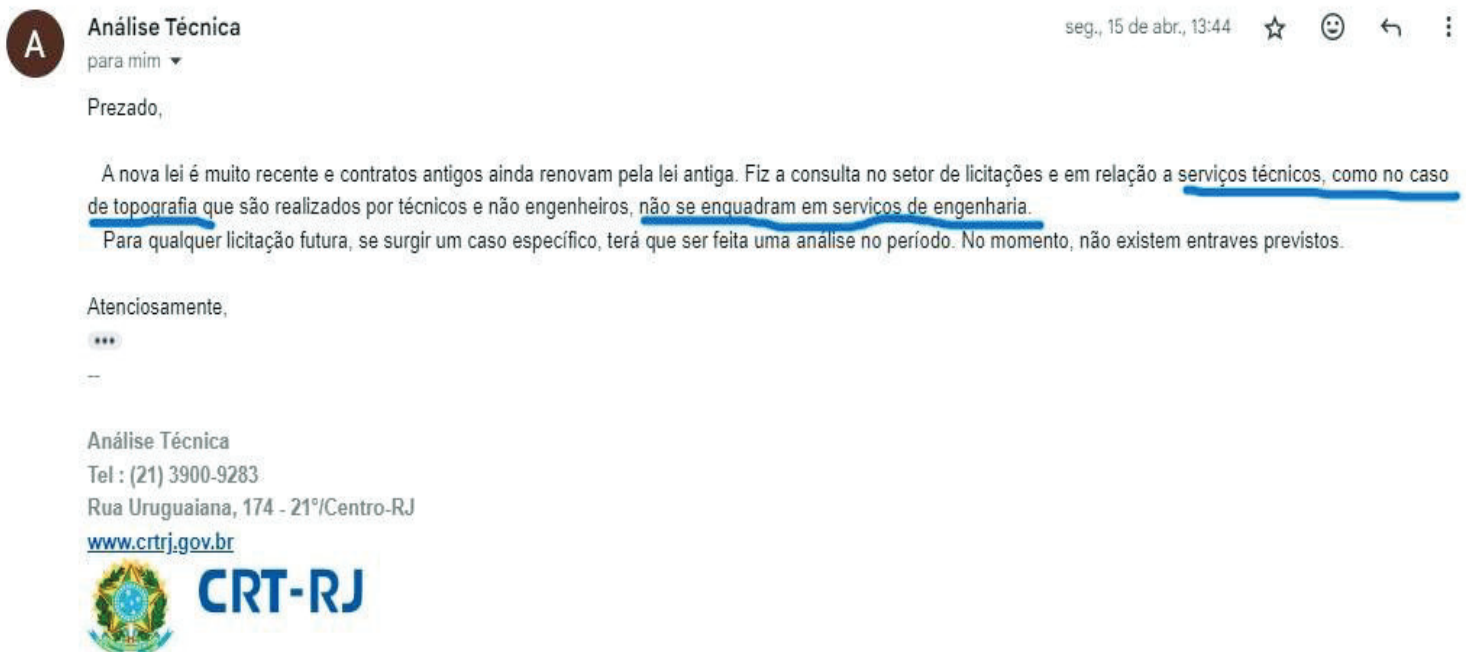


Endereço: Rua Bernarda Maria da Conceição, LT-20 QD-26 CASA 3-A, Fazenda Caxias Seropédica-RJ, CEP: 23895-320
Contato: (21) 98955-3202
E- mail: wmservicostopograficos@gmail.com
CNPJ: 51.067.010/0001-85



TOPOGRAFIA, não fazem parte da classe das obras e serviços de engenharia, isto posto por si só, já se tornam suficiente para concluir que o recurso da recorrente deve ser indeferido.

Para melhor entendimento, demonstraremos a consulta feita na entidade profissional competente (CRT-RJ) órgão fiscalizador dos SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA, destacou que os serviços técnicos como no caso de topografia **NÃO SE ENQUADRAM EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA**, senão não vejamos:



Isto posto, deixa claro a luz da verdade que o julgamento da comissão de pregão, para a classificação e habilitação foram estritamente com base nas exigências previstas no edital, já que a empresa recorrida cumpriu integralmente os requisitos da proposta e de habilitação.

IV. EMINENTE JULGADOR:

O procedimento licitatório tem como princípio fundamental o interesse público,



Endereço: Rua Bernarda Maria da Conceição, LT-20 QD-26 CASA 3-A, Fazenda Caxias Seropédica-RJ, CEP: 23895-320
Contato: (21) 98955-3202
E- mail: wmservicostopograficos@gmail.com
CNPJ: 51.067.010/0001-85



mediante a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração, com observância nos princípios da legalidade, da moralidade, da competitividade, da isonomia, da razoabilidade, da economicidade, dentre outros, plenamente atendidos por nossa empresa. Ora, tendo a Recorrida, apresentado as devidas comprovações de documentação e em conformidade as exigências editalícias, não é razoável, que a empresa Recorrente se socorra em fundamentos estapafúrdios e sem base para simplesmente tumultuar o processo, ficando muito claras suas intenções, sendo que tal pleito não pode ter êxito.

A proposta apresentada pela Recorrida comprova o pleno atendimento, como já dito, das disposições editalícias. Ou seja, a decisão em questão não deixou de observar os princípios licitatórios da razoabilidade e da não restrição ao caráter competitivo da licitação.

Verifica-se a precisão da decisão desta Comissão. Dúvida não resta de que uma medida como o Recurso Administrativo interposto pela empresa **PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA** é de caráter inteiramente protelatório, apenas revela um latente inconformismo que carece de toda e qualquer razoabilidade que o fundamente. Tem como único objetivo dificultar e retardar a continuidade dos atos administrativos relativos ao certame licitatório, sem que represente qualquer compromisso com o interesse público em questão.

Que seja recebida, processada e julgada às presentes CONTRARRAZÕES aqui apresentadas, face a sua tempestividade, no mérito manter a decisão de classificação e habilitação da empresa **WM TOPOGRAFIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, como vencedora do **Pregão Eletrônico nº 002/2024**, tendo em vista ter a mesma apresentado toda a documentação exigida no edital em comento, e, por consequência, negar provimento ao Recurso interposto pela empresa **PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**.

V. DO PEDIDO



Endereço: Rua Bernarda Maria da Conceição, LT-20 QD-26 CASA 3-A, Fazenda Caxias Seropédica-RJ, CEP: 23895-320
Contato: (21) 98955-3202
E- mail: wmservicostopograficos@gmail.com
CNPJ: 51.067.010/0001-85



Ante o exposto, requer que seja completamente indeferido o recurso da empresa **PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, proposto em função da inaplicabilidade de suas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que declarou a empresa **WM TOPOGRAFIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, vencedora do certame, dando prosseguimento as demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado.

Termos em que pede e aguarda deferimento.

Seropédica – RJ, 03 de maio de 2024

WASHINGTON LUIZ DE
OLIVEIRA
MOURA:15866127784

Assinado de forma digital por
WASHINGTON LUIZ DE OLIVEIRA
MOURA:15866127784
Dados: 2024.05.03 19:09:03 -03'00'

WM TOPOGRAFIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
WASHINGTON LUIZ DE OLIVEIRA MOURA
SÓCIO ADMINISTRADOR

TARCISO VIEIRA DO
NASCIMENTO
FILHO:01135962782

Assinado de forma digital por
TARCISO VIEIRA DO
NASCIMENTO
FILHO:01135962782
Dados: 2024.05.03 18:51:54
-03'00'

Tarciso Vieira do Nascimento Filho
Analista Em Licitação
Departamento de Licitações

LUIZ CARLOS
DE FATIMA

Assinado de forma digital por
LUIZ CARLOS DE FATIMA
Dados: 2024.05.03 19:02:04
-03'00'

Dr. LUIZ CARLOS DE FÁTIMA
OAB/RJ nº 248074



Endereço: Rua Bernarda Maria da Conceição, LT-20 QD-26 CASA 3-A, Fazenda Caxias Seropédica-RJ, CEP: 23895-320
Contato: (21) 98955-3202
E- mail: wmservicostopograficos@gmail.com
CNPJ: 51.067.010/0001-85



PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO

ITEM	MAO DE OBRA	QUANT.	P. UNIT.
	TOPOGRAFO		5.500,00
	AUXILIAR DE TOPOGRAFIA	1	2.900,00
	DESENHISTA		4.800,00
	TOTAL DA REMUNERACAO DA MAO DE OBRA		13.200,00
	ENCARGOS SOCIAIS	78,05%	10.302,60
1	TOTAL MAO DE OBRA + ENCARGOS SOCIAS		23.502,60
	TRANSPORTE		7.500,00
	ALIMENTACAO		3.300,00
	ESTADA		6.600,00
	UNIFORME / EPI		1.503,12
2	TOTAL TRANSP. +ALIM+ESTADA + UNIF./EPI		18.903,12
	MATERIAIS		3.500,00
	EQUIPAMENTOS		7.400,00
3	TOTAL MAT. + EQUIP.		10.900,00
	TOTAL DA SOMA 1, 2, 3		53.305,72
4	DESP. ADM /FINANCEIRA	3%	1.599,17
	LUCRO	20%	10.661,14
5	SUB TOTAL		65.566,04
	TRIBUTOS (SIMPLES NACIONAL)	6%	3.933,96
6	TOTAL GERAL PARA EXECUCAO DOS SERVIÇOS		69.500,00